



Município de Melgaço  
Câmara Municipal

Acta n°	5
Data	26-02-2014
Tipo	Ordinária
Página	1

*Regras*  
*lp*

## Salão Nobre dos Paços do Concelho

### Reunião Ordinária de 26-02-2014

#### Acta n° 5

Membros da Câmara Municipal	Cargo	P/F/S
Manoel Batista Calçada Pombal	Presidente da Câmara Municipal	P
Maria José Nóvoas de Pinho Gonçalves Codesso	Vereador	P
Manuel Fernandes Ramos dos Santos	Vereador	P
Hilário Manuel Esteves Afonso	Vereador	P
Maria Fernanda de Almeida Cerdeira	Vereador	P
Manuel José Cardoso Rodrigues	Vereador	P*
José Custódio Domingues	Vereador	P

P-Presença F-Falta S-Suspensão

#### Situação financeira em 20-02-2014

Operações Orçamentais	813.632,53€
Operações de Tesouraria	531.161,56€
Documentos	71.889,38€

Início da reunião: 14.30 horas

Esta reunião foi secretariada por Noémia Rute Cardoso Fernandes, Técnica Superior da Divisão de Gestão Municipal.

(\*) O vereador Manuel José Cardoso Rodrigues ausentou-se da reunião após o assunto n°48.



Município de Melgaço  
Câmara Municipal

Acta nº	5
Data	26-02-2014
Tipo	Ordinária
Página	2

*Referenciais*

### I – Antes da ordem do dia

O vereador Manuel Rodrigues questionou se a Câmara tinha algum estudo na parte ambiental, paisagística e humana sobre a linha de alta tensão, se havia algum parecer e se este era favorável.

O Sr. Presidente disse que ia começar a fazer uma retrospectiva da questão e da ligação do processo. Então referiu que a REN ia fazer uma ligação de Vila do Conde até Espanha (mais próximo das Neves e Arbo). Uma empresa foi encarregue de fazer o estudo e contactou as juntas e o município.

Em 2011 mostrou as propostas, onde identificaram duas possibilidades Monção-Gave-Alvaredo-Espanha e Monção – ponta da Freguesia Penso – Espanha. Na altura, foi dito que a menos complicada seria a que passava apenas na ponta de Penso uma vez que não passava em zona habitacional.

Na altura não foi dado parecer favorável, apenas foi dito que não se concordava com o trajecto da Gave. Em 2012 mostraram mais algum trabalho e identificaram quais os corredores mais favoráveis.

Mostrou-se a solidariedade com os outros municípios como por exemplo Ponte de Lima, Arcos, Monção, Arbo e com o nosso.

No dia 8 de Fevereiro foi feita uma reunião com a CIM, nessa reunião foi dito que a passagem da linha não influenciava a saúde pública. Ainda disseram que a linha enterrada prejudicava mais a saúde pública porque o cabo fica mais próximo das pessoas (cerca de 2 metros enquanto a aérea fica a cerca de 4 metros). Referiu que ainda iria ser afinado o traçado.

A freguesia Penso recolheu assinaturas e pediu ao SNS os impactos em relação à saúde e fez o seu parecer desfavorável.

O parecer da autarquia é manifestar a solidariedade com os intervenientes e acautelar as condições necessárias, o ideal seria mesmo que não passasse em Melgaço e é nesse sentido que se está a trabalhar com a CIM.

A vereadora Maria Fernanda Cerdeira perguntou quais seriam as contrapartidas.

O Sr. Presidente disse que o corredor ficava propriedade das pessoas menos naquela área da base do poste e que também achava que as pessoas iam ser ressarcidas em alguma coisa. A autarquia não sabia se ia ter qualquer contrapartida.

O vereador Manuel Fernandes questionou:

- Se foi alguma entidade externa contactada;
- Qual o resultado da reunião com a ARS em relação aos cuidados continuados e se sabia qual a data da sua abertura e
- Se tivesse que definir o seu mandato e o nosso como o definiria, como é que nos marca e as diferenças entre os mandatos.

O Sr. Presidente respondeu que:

- Foram os serviços e a CIM que fizeram o trabalho técnico com a Área Alto Minho;
- A reunião não foi realizada porque houve desentendimento entre a ARS e a ULSAM e ficou agendada uma nova reunião para breve;
- Não era muito dado a fazer balanços a curto prazo até porque devia ser feito com mais tempo para as coisas amadurecerem e porque não achava que as coisas deviam ter mudanças, que deviam ser feitas de forma serena. Referiu que nos três meses que passaram dera tempo de conhecer melhor a realidade do município, suas características, dificuldades e procurar pensar o que poderia ser o



Município de Melgaço  
Câmara Municipal

Acta nº	5
Data	26-02-2014
Tipo	Ordinária
Página	3

*Hermenegildo Solheiro*

futuro. Que esse estava a ser o trabalho a ser feito e que sentia que este ano ia ser um ano difícil, devido a contracção de despesa, trabalho a nível de reorganização, encurtamento da orgânica da câmara, modernização administrativa e avanço de novas iniciativas. Consolidado tudo que em 2015 se iria ter alavancagem para algum novo investimento.

## II - Ordem do dia

### **Administração Municipal**

41. Presente para efeitos de análise e votação a Acta nº02 de 15-01-2014, Acta nº03 de 29-01-2014 e a Acta nº04 de 12-02-2014, respectivamente.

O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a Acta nº2 de 15-01-2014.

O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a Acta nº3 de 29-01-2014.

O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a Acta nº4 de 12-02-2014.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

### **Divisão de Serviços Urbanos**

42. Presente informação interna, referente a um requerimento apresentado por CONSTANTINO MANUEL GOMES VILARINHO, a solicitar a isenção das tarifas variáveis RSU/SAN e fraccionamento do restante valor, da factura de Setembro/2013 (64083) - Consumidor nº7208, que ficará anexa a esta acta.

O Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa á presente acta.

O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar o pagamento em 12 prestações de acordo com a informação dos serviços.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

43. Presente informação interna, referente a um requerimento apresentado por ALICE AUGUSTA CERDEIRA, a solicitar a isenção das tarifas variáveis RSU das facturas de Outubro/Novembro 2013, que ficará anexa a esta acta.

O Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa á presente acta.

O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a redução do pagamento das tarifas variáveis de resíduos para um valor médio que o consumidor normalmente paga.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

44. Presente informação interna, referente a um requerimento apresentado por TURICASAIS - ACTIVIDADES TURISTICAS, S.A., a solicitar a isenção de tarifas variáveis RSU/SAN das facturas de Outubro e Novembro/2013, uma vez que o valor elevado e facturado deveu-



Município de Melgaço  
Câmara Municipal

Acta nº	5
Data	26-02-2014
Tipo	Ordinária
Página	4

*Manuel Fernandes*

se a uma fuga na conduta doméstica - consumidor nº2276, que ficará anexa a esta acta.  
O Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa á presente acta.  
O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a redução do pagamento das tarifas variáveis de resíduos e de saneamento para um valor médio que o consumidor normalmente paga.  
Esta deliberação foi aprovada em minuta.

45.Presente informação interna, referente a um requerimento apresentado por RICARDO ALEXANDRE GOMES DA ROCHA, a solicitar adesão a tarifa familiar - Consumidor nº2313, que ficará anexa a esta acta.  
O Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa á presente acta.  
O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a tarifa familiar.  
Esta deliberação foi aprovada em minuta.

46.Presente informação interna, referente a um requerimento apresentado por FREGUESIA DE PENSO, a solicitar a isenção de ramal de saneamento, que ficará anexa a esta acta.  
O Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa a presente acta.  
O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a isenção de ramal de saneamento.  
Esta deliberação foi aprovada em minuta.

47.Presente informação interna, referente a um requerimento apresentado por ALBERTO AFONSO, a solicitar a isenção das tarifas variáveis RSU/SAN das facturas de Outubro/Novembro 2013 - Consumidor nº6285, que ficará anexa a esta acta.  
O Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa a presente acta.  
O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a redução do pagamento das tarifas variáveis de resíduos e de saneamento para um valor médio que o consumidor normalmente paga.  
Esta deliberação foi aprovada em minuta.

48.Presente para efeitos de aprovação a proposta para revisão tarifária para 2014 pelos serviços de abastecimento de água, saneamento e resíduos, que ficará anexa a esta acta.

O vereador Hilário Afonso apresentou a proposta de revisão tarifaria a aplicar em 2014, explicando sucintamente as razões subjacentes à actualização de preços previstos no Regulamento de exploração dos sistemas municipais de abastecimento de água, Saneamento de águas residuais e gestão de resíduos sólidos.

O vereador Manuel Fernandes disse que em relação a cobertura da rede havia alguns utentes que ainda não estavam ligados, o que a Câmara podia fazer em relação a isso. Qual era a possibilidade de ligar a rede para poder ser aumentada a receita. Por exemplo para a tarifa fixa 2,5 qual o peso dos utentes que utilizam este contador, qual a abrangência, qual o impacto e o peso das famílias.

O vereador Hilário disse que pelo estudo que feito em 2014 o aumento será de 3€ a 3,5€ e em 2016 será de mais ou menos 6€ em relação a 2013 para consumidores de 10m3.



Município de Melgaço  
Câmara Municipal

Acta nº	5
Data	26-02-2014
Tipo	Ordinária
Página	5

*Referenciales*

O Sr. Presidente disse que em relação á ligação à rede pública que tem a noção que mais de 90% já está feita, o problema é que muitas pessoas não a usam pois tem ligações paralelas. As instituições estão isentas e não era facturado o consumo, agora passaram a ser facturado para se poder verificar quais as perdas reais.

O ponto 8 da informação da Divisão de Serviços Urbanos, ou seja, a alteração do artigo 49º do Regulamento de abastecimento de Agua e Saneamento, será devolvida aos serviços para melhor informação e posterior envio a deliberação da Câmara Municipal.

O Executivo deliberou, por maioria, com dois votos contra dos vereadores do PSD, aprovar a proposta de revisão tarifaria a aplicar em 2014 devida pela prestação de serviços de exploração dos sistemas municipais de abastecimento de água, Saneamento de aguas residuais e gestão de resíduos sólidos.

**Sobre este assunto o Sr. Presidente e os vereadores do PSD, apresentaram as declarações de voto que se anexam.**

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

#### **Divisão de Planeamento de Gestão Urbanística**

49.Presente informação interna, referente a um requerimento apresentado por ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL, a solicitar no âmbito do processo de obras AU\_UTI 1/2014 para emissão de autorização de utilização para o Centro Recursos em Remoães, isenção de taxas de urbanização e edificação, que ficará anexa a esta acta.

A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa a presente acta.

O Executivo deliberou, por unanimidade, isentar de taxas de urbanização e edificação.

A partir deste assunto o vereador Manuel José Cardoso Rodrigues ausentou-se da reunião, não tendo participado na votação.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

50.Presente informação interna, referente a declaração de caducidade do processo 23/2011-LE-HAB com audiência prévia do interessado da requerente BEATRIZ DE OLIVEIRA, que ficará anexa a esta acta.

A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa á presente acta.

O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a declaração de caducidade da licença com audiência prévia do interessado.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

#### **Divisão de Gestão Municipal**

51.Presente proposta de um empréstimo de curto prazo até ao montante de 600.000,00€, que ficará anexa a esta acta.

O Executivo deliberou, por maioria, com a abstenção do vereador Manuel Fernandes Ramos dos Santos, aprovar a proposta de empréstimo de curto prazo.



Município de Melgaço  
Câmara Municipal

Acta nº	5
Data	26-02-2014
Tipo	Ordinária
Página	6

**Sobre este assunto o vereador Manuel Fernandes apresentou declaração de voto nas 72 horas, que se anexa.**

O vereador Manuel Fernandes disse que a justificação não estava bem explicada, que era referida a receita de eólicas mas não sabia qual a periodicidade de recebimento e o porquê de 600.000,00€.

O Sr. Presidente disse que o empréstimo de MLP ainda está em Tribunal de Contas e é referente a investimento, o qual não podemos pagar já senão não nos é concedido o empréstimo, neste momento o valor já é apenas de mais ou menos 104.000,00€ pois entretanto foi paga alguma despesa que entrava para o mesmo.

Em relação às Eólicas recebemos prestações semestrais, uma em Janeiro e outra em Julho. Em termos de valor disse que esse fora o valor que consideraram razoável para ter folga e gestão de tesouraria.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

**Divisão de Obras Municipais**

52.Presente para efeitos de adjudicação a aquisição de caldeira a biomassa para as piscinas municipais, os seguintes documentos que se anexam: - Relatório Preliminar; - Relatório Final; - Propostas. E aprovação da minuta de contrato.

O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a adjudicação a empresa AQUECIMINHO, LDA, pelo valor de 62.291,80€ + IVA, a executar no prazo de 30 dias. E aprovar a minuta de contrato.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

**Divisão de Desenvolvimento Económico**

53.Presente emissão de pareceres prévios vinculativos artº73 LOE 2014 – FESTA DO ALVARINHO 2014, que ficará anexo a esta acta.

O Executivo deliberou, por unanimidade, emitir pareceres prévios vinculativos, nos termos da informação interna.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

E nada mais havendo a tratar, quando eram 15.58 horas, foi a reunião encerrada pelo Senhor Presidente, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.

E eu, Luís Fernandes, Técnica Superior da Divisão de Gestão Municipal da Câmara Municipal de Melgaço, a subscrevi.

O Presidente da Câmara Municipal

REUNIÃO		26/02/2014
Serviço		48
Título		5
Ordem		
Delegação		

## DECLARAÇÃO DE VOTO

REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE 26-02-2014

ASSUNTO N.º 48: Revisão tarifária para 2014:

Abastecimento de Água, Saneamento e Resíduos Sólidos Urbanos

O Município de Melgaço atento às recomendações do ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos) bem como às disposições legais aplicáveis à formação preços e actualizações de tarifários nas explorações dos sistemas municipais de Abastecimento de água, Saneamento Básico e resíduos sólidos urbanos, apresentou uma proposta de aumentos de tarifário. Esta actualização sobre o tarifário em vigor, após análise à estrutura de custos e a receita cobrada, irá mitigar o gap existente entre os custos suportados pela gestão e exploração dos sistemas atrás mencionadas e as receitas arrecadadas e permitir assegurar a sustentabilidade dos sistemas, tal como nos é imposto pela Lei das Finanças Locais.

O impacto desta actualização para os nossos munícipes foi profusamente ponderado e expresso na preocupação de reduzir a amplitude de aumento de preços num só ano económico.

Efetuada uma análise a um consumo de 10 m<sup>3</sup> o valor global a cobrar de acordo com o novo tarifário proposto é ainda para 2014, o segundo mais baixo do distrito de Viana do Castelo e o mais baixo na componente de Água e Saneamento básico, o que demonstra claramente a preocupação do executivo municipal na não oneração excessiva e inadequada para os munícipes.

Melgaço, 27-02-2014

O Presidente da Câmara Municipal

Manoel Batista Calçada Pombal

**Manuel Fernandes**

**Manuel Rodrigues**

*Vereadores*

REUNIÃO	
Serviço	26/02/2014
União	48
Disciplina	3
Definir agenda	Assinaturas

### DECLARAÇÃO DE VOTO (CONTRA)

Dos vereadores eleitos pelo PSD, Manuel Fernandes e Manuel Rodrigues, referente ao assunto nº 48 “*Revisão tarifária para 2014 dos serviços de abastecimento de água, saneamento e resíduos*” deliberado na última reunião ordinária de 26.02.2014.

O nosso voto contra o aumento das tarifas dos serviços de abastecimento de água, saneamento e resíduos assenta em vários pressupostos:

1. O aumento de receita pelo fornecimento dos serviços de água, saneamento e resíduos poderia ser obtido pela obrigatoriedade ligação à rede pública de abastecimento por parte de todos os municípios, o que neste momento não acontece. Este desiderato poderia ser conseguido com a realização de campanha de adesão à rede pública de água e saneamento com o pagamento de tarifa de ligação especialmente bonificada. Para nós é claro que onde todos pagam, custa menos a cada um;
2. O aumento de receita pelo fornecimento dos serviços de água, saneamento e resíduos poderia ser obtido através do aumento da eficiência da rede de distribuição. Maior fiscalização por parte dos serviços municipais poderia combater “roubos” dos consumos ou perdas de água, contribuindo, assim, para o aumento das receitas;
3. Aumentar as tarifas água, saneamento e resíduos em contexto de crise, traduzida em cortes salariais, desemprego e forte emigração, constitui uma medida que não tem em conta os enormes sacrifícios dos Melgacenses. Reflete insensibilidade social;
4. Aumentar as tarifas água, saneamento e resíduos, num concelho cujos índices de desenvolvimento económico e social é dos mais baixos no distrito e no Norte e não se tem em conta este aspecto, nem se conhece o universo dos municípios mais penalizados pela medida, é demonstrativo da ligeireza como se decide. É preciso uma análise mais aprofundada;
5. Aumentar as tarifas água, saneamento e resíduos num ano (2014) em que as receitas correntes já aumentam, relativamente a 2013, 7,7%, é uma desnecessidade injustificável, tanto mais que a sustentabilidade do serviço pode ser conseguida através da concretização dos pontos 1. e 2. antecedentes. A aposta no aumento das tarifas, sendo a solução mais fácil, traduz má gestão;
6. Aumentar as tarifas água, saneamento e resíduos só é compreensível para se dotar os serviços de água, saneamento e resíduos de maior robustez financeira e, com isso, melhorar a capacidade negocial da Câmara Municipal de Melgaço junto das Águas de Portugal/Águas do Noroeste para futura privatização destes serviços. Claramente,

**Manuel Fernandes**

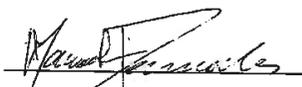
**Manuel Rodrigues**

*Vereadores*

estaremos contra qualquer privatização, tanto mais que nunca aceitaremos que os Melgacense venham a pagar a água (recurso abundante no nosso concelho) ao preço das grandes cidades ou vilas do litoral;

7. Aplicar o aumento as tarifas água, saneamento e resíduos aos meses de Janeiro e Fevereiro de 2014 será atribuir eficácia retroactiva à deliberação. Tal constitui uma ilegalidade e é suposto que a Câmara Municipal de Melgaço não a cometa, nem esta nem outras. Assim, o aumento das tarifas deliberado só pode produzir efeitos a partir de Março de 2014.

Como se expôs, o nosso sentido de voto só poderia ser um: **CONTRA!**

  
(Manuel Fernandes)

**Os Vereadores**

  
(Manuel Rodrigues)

**Manuel Fernandes**

*Vereador*

STU	26 02 2014
Serviço	51
Fórmula	5
Comunidade	

**DECLARAÇÃO DE VOTO (ABSTENÇÃO)**

Do vereador eleito pelo PSD, Manuel Fernandes, referente ao assunto nº 51 “*Empréstimo de curto prazo (600 000,00€) – 2014*” deliberado na última reunião ordinária de 26.02.2014.

Por princípio sou contra o recurso permanente a empréstimos bancários, mesmo os de curto prazo, pois, sempre representam encargos para o Município.

Apesar da invocada sazonalidade das receitas, tais como as rendas das eólicas e do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), há que reconhecer que as receitas do IMI aumentam 53% relativamente a 2013 e as receitas correntes, em 2014, aumentam 7,7%. Por isso, não se compreende que a previsão de receitas sendo melhor que o ano anterior, haja uma efectiva necessidade de um empréstimo de 600 000,00€ (seiscentos mil euros). Já compreendo a fundamentação, num contexto de negação da realidade e da não assunção das reais dificuldades financeiras do Município que, aliás, nós nunca me canso de denunciar.

Mas como prezo muito o pagamento a tempo e horas aos nossos comerciantes e empresários pelo fornecimento de bens e prestação de serviços, somos capazes de sacrificar o nosso princípio em benefício de todos aqueles que ao vender um bem ou ao prestar um serviço à Câmara Municipal tenham a expectativa de receber o respectivo pagamento, com brevidade. Sempre fui, e continuarei a ser, contra a que fossem os empresários e os comerciantes a financiar a Câmara Municipal. A este nível, não têm qualquer obrigação, nem isso consta no seu objecto social.

Apesar de tudo e neste contexto, é sempre preferível que seja uma entidade bancária a fazê-lo. Daí a minha ABSTENÇÃO.

**O Vereador**



(Manuel Fernandes)